

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - DR/RJ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em reais mil)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Regional do Rio de Janeiro é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, é um serviço social autônomo e tem como escopo organizar e administrar, escolas de aprendizagem para industriários, é gestora de contribuições sociais destinadas às atividades educacionais de formação profissional, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, que tem por objetivos:

- a) realizar em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- d) conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- e) cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

As principais fontes de receitas da entidade são originadas de: (i) parcelas da contribuição compulsória recolhidas pelas empresas industriais ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, transferidas ao Departamento Nacional – DN e repassadas por este, com retenção de 15%; (ii) parcelas da mesma contribuição arrecadadas diretamente através de Termos de Cooperação Técnica e Financeira com as citadas empresas, com desconto de 3,5%; (iii) prestação de serviços às comunidades, nas áreas de atuação acima relacionadas.



2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), quando aplicável, segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

Não há mudanças nas operações da Entidade, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Entidade ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

As presentes demonstrações contábeis, foram aprovadas pela Superintendência de Finanças da entidade em 31 de janeiro de 2020.

2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- b) Definição e revisão de vida útil de imobilizados;
- c) Valor justo de instrumentos financeiros (aplicações financeiras);
- d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Carla

2.3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), quando aplicável, segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, atendendo em alguns aspectos operacionais às determinações exaradas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Sistema Indústria – CPC/SI, entre outros.

Tais demonstrações compreendem as peças relacionadas abaixo:

- **Balanco Patrimonial:** estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública;
- **Balanco Orçamentário:** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário;
- **Balanco Financeiro:** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- **Demonstrações das Variações Patrimoniais:** evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária;
- **Demonstração dos Fluxos de Caixas:** permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos;
- **Notas Explicativas:** são partes integrantes das demonstrações contábeis, as informações devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.



03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, merecem destaque:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com riscos insignificantes de mudança de valor.

A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundo de investimentos e títulos e renda fixa (CDB), com resgate imediato.

b) Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem da prestação de serviços, preferencialmente nas áreas de Educação Profissional, Serviços Tecnológicos, Inovação e outros.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente.

c) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa – PECLD são na sua maioria recebíveis oriundos da atividade de educação e contemplam os valores vencidos a partir de 180 dias.

d) Estoques

Os estoques correspondem basicamente a materiais de consumo, os quais são avaliados ao custo médio de aquisição.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, acrescido por reavaliações efetuadas em exercícios anteriores, deduzido da correspondente depreciação acumulada, quando aplicável.

Carac

São registrados os bens destinados à manutenção das atividades das entidades, divididos nos subgrupos:

- **Bens Imóveis:** Terrenos, prédios, construções em andamento, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros. São considerados para fins de incorporação todos os bens imóveis sem restrição de valor e tempo de vida estimado ou ainda aquisições e contratações de serviços que objetivam o acréscimo da área construída, adaptações, recuperações ou adequações nas instalações físicas dos imóveis, desde que agreguem valor na avaliação patrimonial do imóvel.
- **Bens Móveis:** Mobiliário em geral, veículos, máquinas e equipamentos em geral, equipamentos de informática, entre outros bens móveis.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público - traz a necessidade de aplicação do teste de *impairment* para ativos do setor público. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

Os testes de *impairment* sobre ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias



indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis.

As perdas por *impairment* quando apuradas são incluídas no resultado.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- **Fornecedores**

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Carla

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

i) Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, incluso o déficit e/ou superávit apurado anualmente.

j) Tributação

O SENAI Departamento Regional do Rio de Janeiro é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento de impostos, de acordo com o art. 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil e isenta da contribuição social, de acordo com o art. 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, portanto, nenhum imposto/tributo foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito.

Por ser classificado como serviço social autônomo criado por lei, gozando de ampla isenção fiscal, nos termos dos artigos 12 e 13, da Lei nº 2.613/55, a Instrução Normativa nº 1.234/2012, no seu artigo 4º inciso VI, vedou qualquer hipótese de retenção do imposto de Renda e das Contribuições de que trata tal norma executiva sobre os pagamentos que lhe forem efetuados.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade. Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Passivo contingente é: (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida por que: (i) é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos



forem mensuráveis com suficiente segurança. A liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

m) Regime de apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas são reconhecidas quando mensuráveis e disponíveis e as despesas quando incorridas ou quando for possível estimar com segurança reduções no patrimônio líquido.

n) Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos.

o) Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Receitas Correntes: Estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:

- **Receitas de Contribuição:** representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados. São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.



- **Transferências Correntes:** Referem-se a receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.
- **Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.
- **Receitas de Serviços:** Representam a apropriação mensal proveniente da prestação de serviços nas diversas linhas de ação do SENAI.
- **Receitas de Capital:** Consolidam os registros e amortizações de empréstimos concedidos com recursos próprios, com finalidade de execução orçamentária.

Despesas Operacionais: Consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras dependentes ou não da execução orçamentária.

- **Despesas Correntes:** Consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.
- **Despesa de Capital:** Consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicação direta, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Conta	2019	2018
Caixa	220	193
Bancos c/movimento	186	91
Aplicações financeiras	83.523	123.546
Títulos e Valores Mobiliários	2.857	2.229
Total	86.786	126.059

caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por numerários disponíveis em moeda corrente nacional, saldos nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata disponível e que podem ser resgatáveis pela Entidade a qualquer momento.

a) Bancos conta movimento

Para operacionalização das suas atividades a Entidade possui contas correntes bancárias nas seguintes Instituições Financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander, e Banco Bradesco.

b) Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários

A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 era a seguinte:

Instituição financeira	2019	2018
Banco do Brasil S.A.		
Fundo de renda fixa	45.118	87.388
	45.118	87.388
Caixa Econômica Federal		
Fundo de renda fixa	38.405	36.159
	38.405	36.159
Certificado de Depósito Bancário - CDB		
Banco do Brasil S.A.	2.857	2.229
	2.857	2.229
Total	86.380	125.776

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos e apropriados até a data das demonstrações contábeis de acordo com as taxas pactuadas pelo mercado financeiro. São mantidas exclusivamente no Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme dispõe o Decreto Lei nº 151, de 09/02/1967.

Os fundos de renda fixa do Banco do Brasil tiveram remuneração de 6,0384% no ano de 2019 e da Caixa Econômica Federal alcançaram remuneração de 5,9719% em 2019.

Carina

05 – CRÉDITOS A RECEBER

Créditos a Receber	2019	2018
Clientes	18.022	14.458
(-) Provisão créditos liquidação duvidosa	-6.905	-5.619
Adiantamentos a Empregados	4.927	4.642
Antecipações sobre Contratos	22	65
Departamentos Conta Movimento	138	448
Valores em cobrança	-	1
Receitas a receber	12.980	12.793
Sistema Indústria Conta Movimento	926	825
Convênios e acordos	1.232	1.341
Contas Correntes Ativa	4	6
Depósitos em Garantia	230	35
Impostos a recuperar	45	60
Total	31.621	29.055

As operações de créditos a receber estão registradas e avaliadas ao valor original e são representadas pelas operações com clientes e suas provisões, operações com os empregados, movimentações financeiras com o sistema indústria referentes às arrecadações diretas e indiretas e transações com parceiros por convênios e acordos.

a) Clientes

As operações com clientes no valor de R\$ 18.022 mil em 31/12/2019 (R\$ 14.458 mil em 31/12/2018) são representadas pela prestação de serviços educacionais e tecnológicos.

b) Provisão crédito liquidação duvidosa

Visando garantir a fidedignidade da composição patrimonial da entidade foi provisionado o valor de R\$ 6.905 mil em 31/12/2019 (R\$ 5.619 mil em 31/12/2018) para provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa – PECLD são na sua maioria recebível oriundos da atividade de educação profissional e contemplam os valores vencidos a partir de 180 dias.



c) Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a empregados referem-se a adiantamentos de insuficiência saldo de salários e férias.

d) Departamento conta movimento

Departamento Conta Movimento refere-se a conta corrente com o Departamento Nacional e os outros Departamentos Regionais do SENAI, e registra valores a receber relativo a projetos e subsídios a ações executadas pelo Departamento Regional do Rio de Janeiro.

e) Valores em cobrança

Valores em cobrança referem-se a créditos a receber provenientes de vendas de prestação de serviços.

f) Receitas a receber

As receitas a receber se constituem de contribuições compulsórias diretas e indiretas regimentais, além dos auxílios.

g) Sistema Indústria conta movimento

Os valores do Sistema Indústria Conta Movimento referem-se aos saldos de transações Inter companhias do Sistema S, decorrentes de operações internas como compartilhamento das estruturas de apoio e demais serviços.

06 – ESTOQUES

A composição dos estoques na data base era a seguinte:

Estoques	2019	2018
Materiais e produtos	3.061	3.318
Total	3.061	3.318

Os estoques são compostos, por materiais destinados ao consumo próprio da Entidade e suas Unidades Operacionais, os mesmos são devidamente controlados pelo Setor de Suprimentos juntamente com as unidades operacionais, sendo avaliado ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de reposição.



07 – VALORES A APROPRIAR

Os valores a apropriar estavam assim compostos:

Conta	2019	2018
Vale transporte a distribuir	287	272
Vale refeição a distribuir	1.172	1.205
Valores a classificar	86	18
Importação em andamento	-	140
Licença e uso de software	1.537	1.148
Seguros	-	43
Total	3.082	2.826

O montante de R\$ 3.082 mil em 31/12/2019 (R\$ 2.826 mil em 31/12/2018) lançado nesse grupo é decorrente dos valores de Despesas antecipadas que serão amortizadas no exercício seguinte.

08 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A composição do Ativo Realizável a Longo Prazo na data base era a seguinte:

Realizável a Longo Prazo	2019	2018
Depósito para recursos judiciais	2.352	1.766
Total	2.352	1.766

O valor de R\$ 2.352 mil em 31/12/2019 (R\$ 1.766 mil em 31/12/2018) refere-se basicamente a depósitos judiciais trabalhistas, cujos processos o SENAI-DR/RJ figura como réu e estão em discussão na justiça trabalhista.

09 – IMOBILIZADO

Conta	2019	2018
Bens imóveis	277.050	261.978
Bens móveis	298.684	292.867
(-) Depreciações acumuladas	(266.090)	(236.823)
Imobilizado em andamento	1.105	848
Total	310.749	318.870



O ativo imobilizado está registrado pelo valor de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação. As taxas de depreciações utilizadas estão evidenciadas a seguir:

Conta	Taxa de depreciação
Terrenos	-
Prédios	2% a.a.
Construções em andamento	-
Instalações	2% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2% a.a.
Mobiliário em geral	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos médicos	10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.
Equipamentos esportivos	10% a.a.
Equipamentos de comunicação	10% a.a.
Outros	10% a.a.

A evolução do ativo imobilizado no ano de 2019 está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	3.998				3.998
Prédios	219.475				219.475
Construções em andamentos	0	15.049	-168		14.881
Instalações	4.829	206	-15		5.020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33.676				33.676
Total de bens imóveis	261.978	15.255	-183		277.050
Mobiliários em geral	24.770	949	-540		25.179
Veículos	30.178		-25		30.153
Maquinas e equipamentos	195.994	3.295	-630		198.659
Equipamentos médicos	6.428	772	-84		7.116
Equipamentos de informática	28.198	1.889	-185		29.902
Equipamentos esportivos	29				29
Equipamentos de comunicação	1.809	467	-148		2.128
Outros	5.462	57			5.518
Total de bens móveis	292.868	7.428	-1.612		298.684
Depreciações acumuladas	-236.823	975	-30.242		-266.090
Total depreciações acumuladas	-236.823	975	-30.242		-266.090
Imobilizados em andamento	848	2.139	-1.882		1.104
Total Imobilizados em andamento	848	2.139	-1.882		1.104
Total Imobilizado	318.870	25.797	-33.919		310.749

Handwritten signature or initials in blue ink.

10 – INTANGÍVEL

A composição do Intangível na data base era:

Conta	2019	2018
Direitos de Uso de Softwares	2.582	10.344
(-) Amortizações acumuladas	(1.750)	(6.839)
Total	832	3.505

11 – FORNECEDORES

O saldo de fornecedores era o seguinte:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	4.542	9.370
Total	4.542	9.370

Os valores das obrigações com fornecedores estão demonstrados ao valor do custo incorrido e são representados por gastos decorrentes da manutenção da atividade operacional da Entidade e prestadores de serviços pessoas jurídicas no montante de R\$ 4.542 mil em 31/12/2019 (R\$ 9.370 mil em 31/12/2018).

12 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos Tributos e Contribuições a Recolher na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte	1.814	1.707
ISS retido na fonte	156	193
CSLL/COFINS/PIS/PASEP	140	101
INSS serviços prestados	370	393
Total	2.480	2.394

Os impostos e contribuições a recolher estavam compostos por imposto de renda retido na fonte de empregados e de prestadores de serviços, bem como, ISS retido na fonte, CSLL/COFINS/PIS/PASEP retido na fonte e INSS referente a serviços prestados por pessoas jurídica e física.

Handwritten signature

13 – SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A composição dos Salários e Encargos Sociais a pagar na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
INSS	2.862	2.794
FGTS	1.042	1.022
PIS	142	136
Outros encargos a recolher	50	55
Total	4.096	4.007

A conta estava composta por INSS, FGTS e PIS incidentes sobre a folha de pagamento, bem como, seguro de vida em grupo a pagar.

14 – PROVISÕES

A composição das provisões de curto prazo na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Férias	14.441	13.865
Encargos s/férias	4.350	4.214
Contingências trabalhistas	5.404	6.452
Contingências cíveis	880	884
Outras provisões	7.484	2.288
Programa de participação de resultados	-	10.912
Previndus - passivo atuarial	12.629	10.563
Total	45.188	49.178

a) Férias

Refere-se a provisão de férias dos funcionários, acrescida de 1/3 do adicional constitucional.

b) Encargos s/férias

O valor refere-se ao INSS, FGTS e PIS incidente sobre a provisão de férias constituída até a data do balanço.



c) Contingências trabalhistas

O valor de R\$ 5.404 mil em 31/12/2019 (R\$ 6.452 mil em 31/12/2018) refere-se a provisão de diversos processos trabalhistas movidos por ex-funcionários, que estão sendo julgados em diversas instâncias.

d) Programa de participação de resultados

Não foi constituída provisão (R\$ 10.912 mil em 31/12/2018) referente ao programa de participação de resultados no exercício findo em 31/12/2019 conforme regulamento interno.

e) Previdus – passivo atuarial

O valor de R\$ 12.629 mil em 31/12/2019 (R\$ 10.563 mil em 31/12/2018) refere-se ao saldo atuarial de curto prazo a pagar, proveniente de déficits acumulados da Previdus – Associação de Previdência Complementar, sendo o SENAI patrocinador.

15 – RETENÇÕES E DEPÓSITOS EM GARANTIA

A composição das Retenções e Depósitos em Garantia na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Retenções e Depósitos em Garantia	3.599	4.156
Total	3.599	4.156

16 – CONVÊNIOS – ARRECAÇÃO DIRETA

A composição dos Convênios – Arrecadação Direta na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Convênios e Acordos - Arrecadação Direta	4.627	4.460
Total	4.627	4.460



17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos Empréstimos e Financiamentos na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos	23.474	26.172
Total	23.474	26.172
Passivo circulante	2.779	2.776
Passivo não circulante	20.695	23.396

A Resolução n.º 515/2011 de 29 de novembro de 2011, aprovou a celebração com o BNDES de contrato de financiamento para a implantação do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira. O Programa visa aumentar o papel do SENAI como agente do avanço da competitividade da indústria brasileira, reforçando a sua atuação estratégica em apoio aos programas e políticas estruturantes de interesse da indústria.

Em agosto de 2013 o Departamento Nacional disponibilizou aos Departamentos Regionais o Manual de Procedimentos de Liberação de Recursos, Prestação de Contas e Contabilização do Financiamento do BNDES.

O manual tem por objetivo apresentar os passos necessários para a liberação, contabilização e prestação de contas dos recursos, em face do acordo firmado por aditivo ao contrato celebrado entre o SENAI e o BNDES.

Os recursos liberados são depositados pelo BNDES nas contas bancárias do Departamento Nacional e posteriormente repassado aos Departamentos Regionais.

Em dezembro de 2016 o Departamento Nacional através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Sistema Indústria –CPC/SI, publicou a Norma Técnica – Financiamento SENAI para a Competitividade da Indústria Brasileira. A Resolução n. 38/2016 de 29 de novembro de 2016, do Conselho Nacional do SENAI aprovou a norma técnica.

O CPC/SI modificou o Manual de Procedimentos de Liberação de Recursos, Prestação de Contas e Contabilização do Financiamento do BNDES de 2013.



A Norma Técnica do CPC/SI tem por objetivo definir os critérios de contabilização das operações evidenciadas no financiamento SENAI de Apoio à Competitividade Brasileira.

Considerando a nova metodologia de contabilização, o Departamento Regional deverá reconhecer em suas demonstrações contábeis 100% da dívida.

18 – SISTEMA INDÚSTRIA-C/MOVIMENTO

O saldo do Sistema Indústria-c/Movimento refere-se a transações Inter companhias do Sistema S e possuía a seguinte composição na data base:

Conta	2019	2018
FIRJAN	551	628
SESI	120	265
IEL	627	585
Sistema Firjan - rateio da folha	3.215	1.545
Total	4.513	3.023

19 – CONVÊNIOS E ACORDOS

A composição dos Convênios e Acordos na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Vinculados ao DN	448	592
Outros	5.005	1.865
Total	5.453	2.457

Os valores são provenientes de diversos projetos que são regulamentados através de convênios e acordos.

A título de exemplificação citamos os seguintes convênios em andamento na data base: Mundo SENAI, Projeto Dynamics CRM 2016, Projeto PEEPZ – ISI QV, Projeto Robô de Soldagem PETROBRAS, Projeto Gás de Purga – CTS Solda, Projeto TOG – CENPES, Projeto Nitrogenados 2 (CENPES), dentre inúmeros outros.



20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

A composição das Outras Obrigações a Longo Prazo na data base era a seguinte:

Conta	2019	2018
Outras Obrigações a Longo Prazo	45.302	53.564
Total	45.302	53.564

O valor de R\$ 45.302 mil em 31/12/2019 (R\$ 53.564 mil em 31/12/2018) refere-se ao saldo atuarial de longo prazo a pagar, proveniente de déficits acumulados da Previdus – Associação de Previdência Complementar, sendo o SENAI patrocinador.

21 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Estão demonstrados conforme determina a Lei n.º 9.249 de 27/12/95, no artigo 4.º, Parágrafo Único – vedada a correção monetária sobre os valores de custo de aquisição, integralização e de transferências. O Patrimônio Social do SENAI–DR/RJ, apresentado em 31 de dezembro de 2019, corresponde aos valores dos deficit/superávits acumulados gerados em exercícios anteriores, acrescidos da movimentação realizada no exercício.

22 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Direta	176.037	168.288
Indireta	108.048	110.224
Total	284.085	278.512

23 – RECEITAS PATRIMONIAIS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Financeiras	5.986	8.390
Imobiliárias	326	339
Total	6.312	8.729



24 – RECEITAS DE SERVIÇOS

A composição na data base era a seguinte:

Serviços	2019	2018
Tecnológicos	17.771	11.857
Educacionais	38.395	40.791
Outros	779	13.722
Total	56.945	66.370

25 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Recuperação De Despesas	1.613	4.763
Multa E Juros De Mora	913	998
Descontos Obtidos	837	903
Indenizações E Restituições	638	185
Receitas De Patrocínios	15	29
Total	4.016	6.878

26 – DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Salários	111.689	108.816
Encargos Sociais (INSS, FGTS e PIS)	41.437	41.006
Férias e décimo terceiro salário	25.020	22.821
Plano de previdência complementar	4.480	10.255
Vale refeição	13.822	13.425
Outras despesas de pessoal	40.464	51.619
Total	236.912	247.942

Quase

27 – DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços De Limpeza E Conservação	9.310	8.609
Reversão De Contribuições As Industrias	7.403	8.392
Informática	7.323	6.392
Segurança E Vigilância	6.403	7.094
Técnicos Em Educação Profissional	4.403	1.673
Aquisição De Licenças De Uso De Software	3.062	3.376
Técnicos Especializados	2.707	1.045
Manutenção E Reparos De Bens Moveis E Imóveis	2.458	1.926
Publicidade E Propaganda	2.420	4.926
Assessoria E Consultoria	2.234	1.412
Serviços De Comunicação Em Geral	1.959	1.842
Patrocínios	1.536	2.141
Outros Serviços De Terceiros	1.423	785
Locação De Maquinas E Equipamentos	1.038	532
Promoções E Eventos	662	3.374
Transportes Urbanos	555	474
Despesas De Alimentação	540	639
Serviços Gráficos, Copias E Reproduções	521	604
Médicos E Laboratoriais	436	315
Diversos	1.482	1.004
Total	57.875	56.555

28 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESAS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2019	2018
Contribuições Regulamentares Firjan	2.847	2.793
Contribuições Regulamentares IEL	4.271	4.189
Convênios - Firjan	564	788
Auxílio a Terceiros	828	704
Outros	160	35
Total	8.670	8.509



29 – PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

O SENAI-RJ participa como patrocinador da Previndus-Associação de Previdência Complementar, destinados a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda de seus empregados.

As contribuições do SENAI-RJ para os planos em 2019 totalizaram R\$ 20.311 mil (R\$ 18.884 mil em 2018), incluídas as contribuições de serviços correntes e passados.

As reservas a amortizar são de responsabilidade dos patrocinadores tendo sido iniciadas em janeiro de 1995 para o plano de benefício definido. No 1º semestre de 2004, foi aprovada pelo Conselho Regional a amortização, em 21 anos, do déficit atuarial da Previndus. Em dezembro de 2015 o SENAI registrou a provisão do saldo do passivo atuarial correspondente sua responsabilidade em relação às reservas a amortizar, que se referem às contribuições passadas de seus participantes, assumidas como patrocinador, a vencer até janeiro de 2024.

A provisão constituída teve a seguinte movimentação em 2019:

Saldo anterior 2018	Atualização / Amortização Atuarial	Saldo 2019
64.127	(6.196)	57.931

O saldo atualizado da provisão constituída está assim distribuído:

Descrição	R\$ mil
Passivo Circulante - Provisões Passivo Atuarial	12.629
Passivo não Circulante - Outras Contingências	45.302
Total	57.931

30 – GRATUIDADE

Em atendimento ao artigo 10º do regimento do SENAI, o Departamento Regional do Rio de Janeiro destinou para gratuidade em 2019 R\$ 175.168 mil (R\$ 179.656 mil em 2018), o que corresponde a 75,08% (69,7% em 2018) da receita líquida de contribuição geral.

Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.



RECEITAS	Dezembro - 2019
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	284.085.044,50
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) ¹	262.778.666,16
Compromisso de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental ²	175.168.258,86
DESPESAS	
<i>Total em Educação</i>	291.629.709,99
<i>em Gratuidade</i>	197.293.316,19
HORA-ALUNO ³	
Hora-aluno Total	18.492.427
Hora-aluno em Gratuidade	12.696.842
Resultado do Cumprimento de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental⁴	22.125.057,33
Percentual da RLCC aplicado em Gratuidade Regimental	75,08%

A apuração está de acordo com a metodologia própria do SENAI Nacional, que considera a realização orçamentária (Despesas Correntes e de Capital) e a oferta de vagas gratuitas.

31 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Entidade, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:



a) Tributária

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco provável, na data das demonstrações financeiras.

As contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco possível são as seguintes:

- **IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano:** Total de 14 processos
- **Imunidade de Impostos Estaduais:** 01 processo
- **Taxa de Inspeção de Vigilância Sanitária:** 01 processo

b) Trabalhista

As contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 14 - Provisões.

As contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco possível totalizam 85 processos.

c) Civil, comercial e outras

As contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 14 – Provisões.

As contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco possível totalizam 19 processos.

De acordo com a NBC TSP que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:





- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

33 – GESTÃO DE RISCOS

A Entidade pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de créditos com clientes a receber pelos serviços prestados (educação profissional, tecnológicos, inovação e outros) negociados a prazo. Para reduzir esse risco, é realizada a análise de crédito dos clientes no momento das contratações de vendas a prazo.


Ana Cristina Ferreira Dantas
Coordenadora Contábil e Fiscal
CRC - RJ 088584/O-5 - Contador


Alexandre dos Reis
Diretor Regional do Senai/RJ